

Exmo. Senhor Vice Presidente da Comissão
de Economia e Obras Públicas
Deputado Fernando Serrasqueiro

REQUERIMENTO

Tendo em atenção a crise financeira e económica que tem afetado o nosso país e as suas graves consequências sociais, consubstanciadas numa drástica diminuição do poder de compra da esmagadora maioria dos portugueses assim como numa explosão do desemprego, seria expectável que o Governo promovesse mecanismos que levassem à utilização do transporte coletivo. Em especial do transporte coletivo público mas também do privado. E, nomeadamente, nas grandes áreas metropolitanas. A par de uma melhoria da sua gestão em articulação com as autarquias. Até por via da também necessária diminuição de importações ao nível da energia que se poderia processar em razão da diminuição da utilização do transporte individual.

Não tem sido essa a política do Governo. Antes pelo contrário. Similarmente às várias medidas que diminuem o poder de compra dos portugueses, em nome de uma consolidação orçamental que tem falhado, de uma diminuição da dívida pública que não para de aumentar, e ao aumento do desemprego, o Governo promoveu uma degradação da utilização do transporte coletivo público. Particularmente na área metropolitana de Lisboa e em todos os meios de transporte coletivo público que a servem.

Diminuição de carreiras e comboios, diminuição dos horários de funcionamento no período noturno e ao fim de semana, diminuição de viaturas em circulação e de composições e carruagens, passe social na Grande Lisboa ao nível dos mais caros da Europa, depois dos aumentos que tem sofrido, aumento explosivo do preço do tarifário, supressão de apoios a estudantes, pensionistas e reformados, custos operacionais suportados esmagadoramente pelos utilizadores, ausência de concertação política com as autarquias para uma melhor gestão, ausência de fontes alternativas de financiamento em articulação com as autarquias são alguns dos exemplos que podem ser dados das políticas erradas do Governo e que se traduzem na

diminuição de milhões de utilizações por parte dos utentes na área metropolitana de Lisboa. Degradando significativamente a mobilidade na região, consubstanciando um prejuízo para a economia e agravando a crise social que nos afeta.

A tudo isto o Governo responde com a justificação do aumento da fraude. Sem fundamentar adequadamente esses dados. Não obstante as insistências das diferentes forças políticas. E com uma anunciada política cega de privatizações e concessões.

Degradar a oferta. Cortar. Privatizar. Concessionar (em denominadas parcerias público privadas de terceira geração). É só no que pensa o Governo no domínio dos transportes. E sem transparência. Sem concursos públicos internacionais. Sem articulação com as autarquias. Sem que apresente os seus planos de modo claro, objetivo e sem opacidade.

Notícias vindas a público continuam a referir a intenção de privatização ou concessão, apressadas, da Carris e do Metro sem articulação com as autarquias e sem que se perceba exatamente os moldes em que tal vai ser feito ou está a ser feito. Do mesmo modo, da linha de Cascais da CP. Uma das mais relevantes na área metropolitana de Lisboa, das mais rentáveis e com mais necessidades ao nível de infraestruturas.

Esta opacidade e falta de transparência em relação ao que está a ser feito não são toleráveis. A contínua degradação da mobilidade na área metropolitana de Lisboa não pode ser admissível. O Governo tem de prestar contas sobre o que está em curso.

Face ao exposto, e por que está em causa a mobilidade na área metropolitana de Lisboa, os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, abaixo assinados, nos termos do n.º 1 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República, solicitam a presença do Senhor Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações na Comissão de Economia e Obras Públicas para esclarecimento da situação descrita.

Palácio de S. Bento, 23 de Setembro de 2013

Os Deputados,

Rui Paulo Figueiredo